



**Ao Secretário Municipal de Assistência Social de Nova Venécia**

**Sr. RÔMULO DA SILVA BAIA**

**Ref.: EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA ILPI Nº 001/2025**

**CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA – ILPI DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA.**

**CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0500002.17.0001**

**CENTRO CAPIXABA DE ACOLHIMENTO AO IDOSO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.162.929/0001-20, situado a Rua Juiz de Fora nº. 09, Lote 05 Quadra 15, Bairro Santa Rita I, Marataízes, E.S., CEP 29.345-000, representada nesta ato por sua administradora **EDINÉLIA FRANCISCO BARRETO**, portadora do CPF nº [REDACTED], vem, com o devido respeito e acatamento, perante Vossa Senhoria, fundamentada nos princípios da isonomia, competitividade e no art. 164 da Lei nº14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** diante das razões de fato e de direitos explicitados.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juiz de Fora, 09  
Santa Rita, Marataízes -ES



**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA ILPI Nº 001/2025 contra restrição da distância máxima injustificada:** O Edital limita a participação de empresas com base em **distância máxima entre os Municípios seja de até 230 quilômetros**, o que pode ferir os princípios da isonomia e ampla concorrência previstos na Lei 14.133/2021.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme estipulado no item 11.2 do Edital **“Os pedidos de esclarecimento, bem como as impugnações, deverão ser enviadas à Secretaria Municipal de Assistência Social por mensagem eletrônica, [social@novavenecia.es.gov.br](mailto:social@novavenecia.es.gov.br)”, com o assunto ao e-mail “Pedido de Esclarecimento ao Edital de Credenciamento nº 001/2025 da S M A S” ou **“Pedido de Impugnação ao Edital de Credenciamento nº 001/2025 da SMAS”** em até 05 (cinco) dias úteis após a data da liberação deste edital.** A presente peça, embora materialmente fundamentada, é apresentada para formalizar o registro dos vícios insanáveis que maculam o procedimento, devendo ser considerada pela Administração para fins de reavaliação de ofício do ato convocatório (autotutela administrativa), visando preservar a legalidade e evitar futuras anulações por órgãos de controle.

## **II – RESTRIÇÃO DA DISTÂNCIA INJUSTIFICADA**

Em atenção ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que institui princípios fundamentais como o planejamento, a transparência, a isonomia, a competitividade e a economicidade nas contratações públicas, vimos, respeitosamente, apresentar esta Impugnação ao **Edital de Credenciamento nº 001/2025 S M A S**. A presente impugnação visa assegurar a

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



correta elaboração das propostas e a condução eficiente e justa do certame, diante de inconsistências e omissões identificadas no referido edital.

Foram identificadas grave restrição no edital que compromete o processo licitatório e resultam em restrição indevida à competitividade:

**Restrição da distância injustificada:** O Edital limita a participação de empresas com base em critérios geográficos (distância), o que pode ferir os princípios da isonomia e ampla concorrência previstos na Lei 14.133/2021.

Esta restrição da distância injustificada pode resultar em interpretações equivocadas por parte dos licitantes, afetando diretamente a competitividade e a isonomia do certame, em desacordo com os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.

Esta impugnação visa assegurar a correção desta restrição, garantindo a ampla participação dos interessados, a correta elaboração das propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### III – DOS FATOS E DO DIREITO DA IMPUGNAÇÃO

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, majestosamente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes, evitando assim a reserva de mercado e, consecutivamente, restringindo a gama de partícipes.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



**A Lei 14.133/2021, em seu artigo 9º, estabelece que:**

*"Serão observados os seguintes princípios: (...) competitividade, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública". A restrição geográfica e injustificada claramente viola este princípio, limitando a competição potencialmente impedindo a obtenção da proposta mais vantajosa.*

**Jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça a ilegalidade de tais restrições. No Acórdão 1097/2011-Plenário, o TCU determinou:**

*"Abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios cláusulas que restrinjam o caráter competitivo dos certames, como a vedação à participação de empresas em regime de consórcio e a imposição de distância máxima entre a sede da licitante e o local de prestação dos serviços".*

Se não bastassem os fundamentos supra, é de suma importância mencionar o entendimento do renomado doutrinador Marçal Justen Filho, que em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos 13ª edição, transparece que:

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



***O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação" (grifo nosso).***

Deste modo, a obrigatoriedade imposta pela lei, excepcionalmente, poderá ser desconsiderada

quando existir motivo **JUSTIFICÁVEL**, o que não ocorre neste edital.

Quando o agente público ultrapassa os limites de exigências nos casos de atos discricionários como no caso em tela, passa a imperar a ação arbitrária do administrador, conduta essa desautorizada pelo ordenamento jurídico no Estado Democrático de Direito.

O arbítrio do administrador não ofende somente os administrados, ofende os Poderes constituídos, particularmente o Poder Legislativo, de onde emanam ou se cancelam as regras de conduta dos agentes públicos.

Portanto, a manutenção desta restrição geográfica (distância), sem justificativa técnica robusta e específica para o objeto do certame, configura clara violação aos princípios basilares das licitações públicas e à legislação vigente, podendo resultar na nulidade do certame e em prejuízos ao erário.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



Diante da jurisprudência do TCU sobre o tema, é imperativo que a administração pública apresente estudos técnicos concretos que demonstrem a real necessidade da limitação geográfica (distância) para este certame específico. Na ausência de tal justificativa, a restrição deve ser removida para garantir a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A manutenção desta restrição geográfica (distância) injustificada configura uma grave violação aos princípios basilares das licitações públicas, podendo resultar em sérios prejuízos ao erário. Esta prática não apenas compromete a lisura do certame, mas também pode levar à sua nulidade e a possíveis sanções aos responsáveis.

A Lei 14.133/2021 trouxe um modelo mais flexível para contratações, mas com maior responsabilidade por parte da Administração Pública. Isso significa que qualquer restrição à participação de empresas deve ser objetivamente justificada e não pode comprometer a competitividade. A imposição de um limite territorial, como no caso em questão, caracteriza uma flagrante violação da isonomia, uma vez que não há fundamento técnico sólido que demonstre sua necessidade para o atendimento do interesse público.

Diante disto, a Administração não pode estabelecer restrições geográficas injustificadas. Acórdão 1875/21 do TCU reforça que a competitividade deve ser priorizada e que a seleção do fornecedor deve se basear na proposta mais vantajosa, e não na proximidade física. A segmentação artificial de concorrentes por localização, como ocorre neste edital, viola frontalmente os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



Ademais, sob a ótica da gestão de riscos na contratação pública, a restrição geográfica imposta

neste Edital é altamente questionável. O argumento de que a limitação territorial garante mais eficiência na prestação do serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos não está respaldado por estudos técnicos detalhados. Portanto, esta medida é desproporcional e contrária ao princípio da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

A manutenção desta cláusula restritiva não apenas fere os princípios fundamentais da licitação

pública, mas também expõe o município a riscos jurídicos significativos. Potenciais licitantes prejudicados podem impugnar o edital ou mesmo acionar o Poder Judiciário, o que poderia resultar na suspensão ou anulação do certame, causando atrasos na contratação do serviço e possíveis prejuízos à população em especial o ***processo nº 5005082-71.2024.8.08.0038 promovido pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo com pedido de aplicação de medida protetiva de abrigo em entidade própria em favor da pessoa idosa que se encontra em situação de vulnerabilidade, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).***

Além disso, a restrição injustificada pode levar a uma redução artificial da concorrência, potencialmente resultando em propostas menos vantajosas para a Administração. Isso significa que o município pode pagar mais por um serviço que poderia ser obtido a um custo menor em um certame verdadeiramente competitivo, configurando um prejuízo direto ao erário.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



Diante do exposto, a revisão imediata do edital para remover a cláusula restritiva é medida que se impõe para assegurar a legalidade e a eficácia do certame, em plena observância aos princípios da isonomia e competitividade. Do contrário, a Administração violará normas fundamentais e, ao mesmo tempo, arriscando causar prejuízos concretos ao interesse público bem como da decisão judicial em desfavor da municipalidade.

A impugnante possui interesse em participar do Credenciamento, todavia, entende que as exigências contidas no Edital, conforme supra exposto, viola o princípio da ampla competitividade e do interesse público, uma vez que restringe de sobremaneira o número de participantes no Credenciamento e macula a aplicação da legislação pertinente. Na forma em que se encontra, apresenta um prejuízo extremo ao caráter competitivo do Credenciamento e, principalmente a supremacia do interesse público, bem como um descompasso a melhor doutrina aplicada à espécie.

Assim, inegável que a manutenção do Edital em comento ensejará uma violação evidente ao princípio da igualdade e legalidade, uma vez que restringirá demasiadamente o número de licitantes que participariam do certame, o que, obviamente prejudicaria os interesses da Administração e ofende de sobremaneira a legislação aplicável.

Frise-se. A retirada das exigências supra-apontadas, do presente Credenciamento não trará qualquer prejuízo à Administração, muito ao revés, traria diversas vantagens, uma vez que haveria uma maior concorrência.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



Não se pode olvidar que nosso sistema licitatório tem por escopo escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como propiciar a todos os particulares, condições de contratar com a Administração, de maneira isonômica.

Com efeito, importante trazer à baila a magnífica lição do eminente professor Celso Antônio Bandeira da Mello sobre o princípio da igualdade nas licitações, In verbis:

***O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o art. 9º da Lei 14.133/2021 veda categoricamente inclusão de especificações que, sem justificativa técnica plausível, restrinjam o caráter competitivo do certame.***

Resta evidente, portanto, que a manutenção do Edital ora discutido, traria prejuízo à Administração Municipal, vez que esta representa flagrante restrição à ampla participação no presente processo, o que impediria a necessária redução de preços em favor do erário.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos apresentados, especialmente quanto à

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



restrição geográfica injustificada e às inconsistências identificadas no Edital, a Impugnante vem, respeitosamente, requerer a Vossa Senhoria:

**a)** O acolhimento integral da presente impugnação, com a consequente revisão do Edital para

remover a restrição geográfica injustificada que limita a participação de empresas;

**b)** Caso a Administração insista na manutenção de qualquer limitação territorial, que seja exigida a demonstração objetiva dos benefícios dessa restrição para o objeto específico deste Credenciamento, através de estudos técnicos detalhados, evitando assim que tal critério seja utilizado de forma indevida ou arbitrária;

**c)** A divulgação das alterações pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto

original, com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, conforme previsto

na Lei 14.133/2021;

**d)** A apreciação e decisão sobre a presente impugnação dentro do prazo legal, considerando a gravidade das violações apontadas aos princípios da isonomia, competitividade e economicidade;

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES



**e)** O processamento desta impugnação em seus exatos termos de regularidade até seu encerramento, garantindo a lisura do processo licitatório e o interesse público e atendimento da decisão judicial em desfavor da municipalidade.

A Impugnante coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, visando a rápida solução das questões apresentadas, de modo a não prejudicar o adequado processamento deste Credenciamento e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se que, caso o(a) Agente de Contratação não corrija as ilegalidades apontadas nesta impugnação, a Impugnante se reserva o direito de levar a denúncia às instâncias superiores competentes, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público ou o Poder Judiciário, para garantir a legalidade e a lisura do Credenciamento.

*Nesses termos.*

*Pede e espera total deferimento.*

Marataízes, 18 de novembro de 2025.

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES

Centro Capixaba de Acolhimento ao Idoso Ltda



**Recanto da Paz**  
ACOLHIMENTO AO IDOSO

Cuidar de nosso idosos é preservar  
a nossa história.

**EDINÉLIA FRANCISCO BARRETO**

**CPF [REDACTED] – Sócia-Administradora**

**CENTRO CAPIXABA DE ACOLHIMENTO AO IDOSO LTDA.**

**CNPJ 43.162.929/0001-20**

(28) 99277-1478  
(28) 99934-5309

Rua Juíz de Fora, 09  
Santa rita, Marataízes -ES

